



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACARAÍMA
PLANTANDO UMA NOVA VIDA

LEI 41/2001

Autoriza o Poder Executivo a contratar Financiamento junto a União, através da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente Financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PACARAÍMA, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Pacaraima aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI**.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto a **UNIÃO**, através da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, até o valor de **R\$ 150.00,00 (cento e cinquenta mil reais)**, observadas as demais prescrições legais à contratação de operações de espécie.

Parágrafo Único – Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo são provenientes do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, e serão obrigatoriamente aplicados na execução de **Projeto integrado do Programa Nacional de apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM)**.

Art. 2º Para garantia do principal e encargos do financiamento, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantia ao Tesouro Nacional em caráter irrevogável e irretratável, a título pró solvente, os créditos provenientes das



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACARAIMA
PLANTANDO UMA NOVA LER

receitas a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea "b", e parágrafo 3º, da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Os procedimentos autorizados no “caput” deste artigo somente poderá ser adotado na hipótese de inadimplente, no vencimento, das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo, ficando a Caixa Econômica Federal autorizada a requerer, em nome da União, a transferência dos referidos recursos para quitação do débito.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito serão consignados como receita no Orçamento ou em Créditos adicionais.

Art. 4º O Orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do Município no Projeto e das despesas relativas a amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizado por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 15 de Agosto de 2001.



Hiperion de Oliveira Silva
Prefeito Municipal